

# Casamento de conveniência: a relação entre fontes e jornalistas

*Barbara Cristina Arato Mendes de Almeida*  
*barbara.arato@gmail.com*

## **Resumo**

Este artigo objetiva compreender as implicações das relações entre fontes e jornalistas dentro de uma perspectiva etnoconstrucionista - a visão de que as notícias são resultado da interação entre diversos agentes sociais, em um processo de negociação constante. A relação de interdependência entre fontes e jornalistas resulta em uma espécie de casamento de conveniência, no qual ambos cooperam em prol de seus interesses. Faz-se uma análise dos objetivos dos envolvidos no processo noticioso a fim de esclarecer os termos de tal negociação. Alerta-se para os riscos da proximidade entre jornalistas e seus canais de rotinas, especialmente, as fontes oficiais.

**Palavras-chave:** Relação. Fontes. Jornalistas. Negociação. Dependência.

## **Marriage of convenience: the relationship between journalists and sources**

### **Abstract**

This article aims to understand the implications of the relationship between sources and journalists in an ethno-constructionist perspective - the view regarding news as a result of the interaction between various social agents, in a process of constant negotiation. The interdependent relationship between sources and journalists implicates in a sort of marriage of convenience in which both cooperate to promote their interests. It is an analysis of the objectives of those involved in the news process in order to clarify the terms of such negotiation. It also alerts to the dangers of proximity between journalists and their routine channels, particularly official sources.

**Keywords:** Relationship. Sources. Journalists. Negotiation. Dependence.

## **1 Introdução**

Pessoas com objetivos distintos que se unem para fornecer ajuda mútua. A definição se aplica a um arranjo freqüente na história mundial: o casamento de conveniência. Mas acreditamos ser possível fazer uma analogia com a relação de “cooperação interessada” entre fontes de informação e jornalistas. A fonte é a origem de uma informação, instituição ou pessoa que a divulga para os jornalistas (NEVEU, 2006) ou ainda, aquele que o jornalista observa e/ou entrevista (MARCONDES FILHO, 2009). Esta última é a definição que adotaremos em nosso trabalho. Para a análise, utilizaremos os pressupostos da teoria etnoconstrucionista, que prioriza a influência da relação entre fontes e jornalistas na produção das notícias.

Este artigo representa o ponto de vista de uma ex-repórter, embasado na literatura sobre o tema, em relação aos riscos de se estabelecer uma dependência das fontes. Primeiramente, demonstramos a origem dessa relação. Em seguida, alertamos sobre os perigos das fontes habituais ou “canais de rotina” e explicitamos os critérios dos jornalistas para avaliar a credibilidade de suas fontes. Relacionamos a necessidade do jornalista de cumprir suas rotinas produtivas à uma postura cada vez mais proativa das fontes - por vezes, as informações já vêm “embaladas” no formato jornalístico. É primordial que os profissionais da mídia questionem a validade da informação oferecida e reflitam sobre os interesses nela embutidos, o que propomos ao final deste artigo. Defendemos que há uma margem de manobra: o jornalista não precisa, necessariamente, ser um refém desse casamento de conveniência.

## **2 Uma relação de interdependência**

Um jornalista do século XXI certamente acharia impensável exercer seu ofício sem recorrer a uma fonte de informação. No entanto, no chamado “primeiro jornalismo” (1789 até a metade do século XIX) não havia a figura da fonte como a conhecemos hoje. Ela é uma consequência do ideal da objetividade, fruto da inovação tecnológica e dos jornais como empresas capitalistas - características do período conhecido como “segundo jornalismo” (MARCONDES FILHO, 2009). A fonte passa a condicionar a existência da notícia: ela “apaga” a mediação entre o jornalista e as coisas do mundo:

Essa operação de apagamento e de impessoalidade assumida simultaneamente materializa a objetividade e a fonte como auxiliar direta do jornalista, que o ajuda a entender, descrever e apresentar uma “visão verdadeira” dos acontecimentos da “realidade” que o jornalista não pôde ver, pois não estava ali, ou que, mesmo tendo estado presente não poderia trazer à luz com o seu depoimento direto porque necessita manter sua posição de “neutralidade” discursiva (MARCONDES FILHO, 2009, p. 143).

Para o jornalista, é fundamental cultivar suas fontes. Resulta desse relacionamento uma rede cotidiana de interdependências (NEVEU, 2006, p.17). Segundo Phillip Elliott,

O jornalismo é de muitas maneiras mais parecido com a agricultura sedentária que com a caça e a busca. (...) As notícias são produzidas por jornalistas que cultivam rondas regulares, fontes de informação reconhecidas que têm o seu próprio interesse em tornar a informação disponível..Tal como na agricultura, nada é inteiramente previsível (ELLIOT apud TRAQUINA, 2001, p.105)

Porém, a metáfora da fonte pode gerar um “mal-entendido”<sup>1</sup>. A imagem do “ir até a fonte” remete a um papel eminentemente ativo do jornalista, o que não é a regra. Ressalte-se: nem sempre por incompetência ou falta de iniciativa do profissional de imprensa, mas porque as fontes estão hoje fundamentalmente ativas. De acordo com a teoria etnoconstrucionista, as notícias são resultado de um processo interativo onde diversos agentes sociais exercem um papel ativo em um processo de negociação constante (TRAQUINA, 2001, p. 99). Jornalistas e fontes não são observadores passivos, mas construtores da realidade social.

A abordagem etnoconstrucionista faz parte da literatura do *newsmaking* e privilegia a importância da cultura profissional na produção de notícias. Ela enfatiza as práticas diárias e procedimentos de rotina, que buscam fornecer um fluxo constante de notícias (TRAQUINA, 1999, p. 136). A teoria etnoconstrucionista nos parece mais adequada à nossa análise porque examina de forma mais atenta a relação entre jornalistas e fontes de informação, considerando-a fundamental para o processo de produção.

Podemos dizer que a relação entre fontes e jornalistas é uma espécie de “cooperação interessada” (NEVEU, 2006, p. 89) ou, como comparou López-Escobar, um “casamento de conveniência” (LÓPEZ-ESCOBAR apud PINTO, 2000). Uma das formas mais comuns dessa cooperação é a antecipação de eventos e informações. Mas é preciso ter em mente que os dados fornecidos pelas fontes são revestidos de uma intencionalidade. Eles representam interesses e posições que devem ser levados em conta no momento em que o jornalista avalia o valor da informação angariada. Eliane Cantanhêde (2006, p. 185) dá uma lição de bom senso ao explicar que “os jornalistas devem estar próximos o suficiente das fontes para ter informação e longe também o suficiente para não haver promiscuidade”.

Ressaltamos ainda que as ocorrências podem ser utilizadas de diversas formas e existem diferentes necessidades de acontecimento (*event needs*) por parte dos diversos agentes sociais. Nem sempre o que a fonte quer promover interessa ao jornalista. Não raro, ele recebe a informação e dá a ela um ângulo diferente do imaginado pelo informante (na maioria das vezes, essa mudança de viés desagrada). Da mesma forma que existem interesses em promover certas ocorrências, há também por parte de alguns a tentativa de evitar que certas ocorrências se tornem acontecimentos públicos

---

<sup>1</sup> Vários autores alertam para uma interpretação “ingênua” da metáfora da fonte, como Manuel Pinto e Érik Neveu. (vide bibliografia)

(TRAQUINA, 2001, p.100). Desse modo, jornalista e fonte exercitam uma *dança* diária em que as fontes tentam ter acesso aos jornalistas e estes, por sua vez, tentam aproximar-se das fontes (GANS apud WOLF, 1987, p. 99).

### **3 A escolha das fontes**

Para avaliar a credibilidade de uma informação, o jornalista utiliza diversos critérios na seleção de suas fontes. Traquina (2001) destaca três deles: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. A autoridade da fonte está intimamente ligada à posição que ela ocupa na sociedade; quanto maior o prestígio, maior a confiança recebida. Daí a preferência dos jornalistas pelas chamadas fontes oficiais ou institucionais. Muitas vezes o jornalista utiliza a fonte mais pelo que ela é do que pelo que sabe. Acredita-se que as fontes oficiais tenham mais receio de mentir abertamente e que também sejam mais persuasivas, já que representam ações e opiniões oficiais.

A produtividade está relacionada à qualidade e à quantidade de materiais e informações que as fontes oficiais estão aptas a oferecer. Esse aspecto facilita sobremaneira a vida do jornalista, que não precisa recorrer a um grande número de fontes. Os prazos reduzidos e os custos da produção, típicos do jornalismo, acabam sendo determinantes na escolha dos informantes oficiais: eles correspondem melhor às necessidades organizativas da redação.

A credibilidade é outro aspecto que pesa na escolha da fonte. Quanto mais confiável ela for, menor a necessidade de checagem posterior da informação. Para fazer essa avaliação, o jornalista costuma utilizar o método da “tentativa e erro”: se uma fonte forneceu informações legítimas em dada ocasião, é grande a possibilidade de isso voltar a acontecer. A relação de confiança entre fonte e jornalista se constrói ao longo do tempo e da convivência (como qualquer outra relação). No entanto, se o informante “pisa na bola”, são grandes as chances de as portas se fecharem para ele no mundo jornalístico.

#### **3.1 Canais de rotina: perigo à vista**

É inegável que as fontes regulares representam segurança e facilitam as rotinas de produção do jornalista. Mas os perigos da dependência nos canais de rotina são imensos. Fontes e jornalistas tendem a focar apenas os benefícios dessa relação de “troca”. Para os jornalistas, ela representa: 1) eficácia; 2) maior estabilidade no trabalho; 3) uma autoridade que valida a notícia. De outro lado, as fontes oficiais conseguem: 1) dar publicidade a seus atos; 2) relevância social; 3) reforço da sua

legitimidade. Para a teoria etnoconstrucionista, “a rotinização do trabalho leva à dependência nos canais de rotina” (TRAQUINA, 2001, p. 110).

Uma conseqüência da dependência desses canais habituais de informação é o acesso estratificado socialmente à mídia (TRAQUINA, 1999, p. 173). Nem todas as fontes conseguem ter acesso aos meios de comunicação. Enquanto alguns agentes sociais constam rotineiramente nos noticiários, outros precisam “incomodar”, “perturbar” a ordem social para serem incluídos nas formas habituais de produção dos acontecimentos.

Além do mais, um jornalista muito “comprometido” com sua fonte tende a esquecer que a informação se dirige ao público. As regras do jogo passam a ser ditadas pela fonte e o jornalista perde sua independência. Também aumentam as chances de a fonte conseguir lançar “balões de ensaio” ou “informações plantadas”. Os canais de rotina tendem a ser pessoas que se profissionalizaram na atividade de fornecer informações, ou seja, conhecem as convenções e os formatos jornalísticos e sabem que o *timing* da informação pode influenciar a cobertura e o conteúdo da matéria publicada. Incluem-se aí os relações-públicas e assessores de imprensa.

Manuel Chaparro (apud PINTO, 2000) chamou esse processo de “revolução das fontes”, em que o objetivo principal é figurar na agenda jornalística<sup>2</sup>, divulgando uma versão completa e contundente dos fatos, a fim de eliminar ao máximo as perguntas dos jornalistas. Fontes e jornalistas saem ganhando: os primeiros conseguem emplacar seus pontos de vista (ou o ponto de vista daqueles que representam) enquanto os segundos garantem a conclusão da matéria dentro do *deadline*. Eis os fundamentos deste “casamento de conveniência”.

#### **4 Armadilhas do *off***

A informação *off the record* é uma das mais importantes conseqüências da relação de confiança entre fonte e jornalista. Essencial para que o profissional da mídia consiga seus melhores furos, o *off* também merece ressalvas. O Manual de redação e estilo do jornal *O Globo* (1992, p. 31) caracteriza a informação *off the record* como “um caso especial de declaração, em que a fonte não é identificada”. Segundo o manual, esse tipo de declaração deve ser evitado “tanto quanto possível”:

---

<sup>2</sup> Essa terminologia refere-se à teoria do *agenda-setting*: ela defende que a pauta de discussões da mídia (agenda midiática) influi diretamente na lista de assuntos públicos considerados relevantes (agenda pública). Ver WOLF, Mauro. *Teoria das comunicações de massa*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

o jornalista deve se certificar de que o desejo do anonimato é legítimo e de que não há outra forma de obter a notícia.

A publicação também orienta o jornalista a situar, “de forma tão aproximada quanto possível”, a área ou o setor de origem da informação. O profissional de imprensa também é lembrado de que a informação publicada sem fonte identificada passa a ser de total responsabilidade do jornal. O manual de *O Globo* chega a listar os casos em que, em princípio, o *off* não é aceito:

1) opiniões pessoais, principalmente as de políticos e ocupantes de cargos públicos em geral. Admite dois tipos de exceção. Uma, quando se registra, sob o rótulo de tendência, a média de opiniões, colhidas em *off*, de determinado grupo. Para isto, é indispensável ouvir um número substancial de integrantes do grupo. Outra: fontes que o jornal reconheça como especialistas, além de isentas e idôneas, podem, no campo de suas especialidades, fazer declarações que representem análise ou dedução. 2) Acusação ou denúncia sem provas concretas (a informação, nesse caso, é usada como ponto de partida para a apuração, mas não constitui, em si, uma notícia. 3) Notícia que revela transparente desejo de promoção pessoal do informante (*idem*)

Muitas vezes as fontes recorrem ao anonimato para divulgar informações de seu interesse simplesmente para não se responsabilizar por elas. Tereza Cruvinel (2006) alerta:

[...] cabe ao jornalista observar se a fonte não está se escondendo atrás de um *off* para veicular informação falsa ou orientada por interesses secundários. Nessas horas, o que se deve perguntar é: a informação é de interesse público? (CRUVINEL, 2006, p. 222).

Eliane Cantanhêde (2006) defende que o jornalista deve ter em mente as perguntas fundamentais: quem (é a fonte), como (conta a história ou passa o documento), onde (no Executivo contra o Legislativo, por exemplo?) e por quê (com que interesse?). Além do mais, é preciso sempre, em qualquer momento, checar a informação.

Cantanhêde lista três grandes “armadilhas” do *off*: 1) a fonte se aproxima do jornalista afirmando que tem notícias quentes e acaba mentindo, apenas para se mostrar importante e ser ouvida; 2) o político se aproveita da proximidade com o jornalista para divulgar notícias desfavoráveis a adversários; 3) o “vazamento combinado”, quando o governo, por exemplo, acerta internamente vender uma versão errada para a imprensa.

É essencial que o jornalista conheça o passado de sua fonte e seus potenciais interesses na informação que deseja divulgar. Para Cantanhêde, manter uma boa relação com a fonte não é fazer acordos ou alianças: isso é fazer política. O bom senso parece ser a medida: evitar o envolvimento pessoal com grupos ou pessoas, sem se deixar levar pela idéia de que se é aliado, compadre ou, do lado oposto, inimigo ou adversário da fonte. Tereza Cruvinel defende que o jornalista não deve estar “junto” (grifo da autora) das fontes, mas deve ter acesso a elas:

Para obter informações, sejam elas destinadas a sustentar uma reportagem da cobertura regular ou à produção de análises e interpretações o jornalista precisa ter acesso a seus detentores, os que têm poder e influência política, estando no Governo ou na oposição. O acesso será sempre um atributo do jornalista em qualquer setor. Assim como um repórter policial precisa ter acesso ao delegado, jornalistas políticos precisam se relacionar com os poderosos. Acesso não é desvio, embora possa resultar nisso. Almoços, jantares e cafés-da-manhã com fontes são convencionais em Brasília, e decorrem da necessidade de se encontrar na agenda das autoridades um espaço em que possam nos atender. Quando isso acontece, é dever do jornalista que solicita o encontro pagar a conta e encaminhá-la a seu empregador. Trata-se de buscar acesso à informação, não intimidade. (CRUVINEL, 2006, p. 221-222)

## **5 Interesses distintos?**

À primeira vista, pode parecer que os interesses de fontes e jornalistas são bastante distintos: um “casamento” que só sobrevive porque um precisa do outro para alcançar seus objetivos. Apelando a uma visão de certo modo reducionista, seria possível concluir que os primeiros procuram dar visibilidade às ações e estratégias de instituições particulares, entidades públicas e personalidades políticas, enquanto os últimos desejam divulgar os fatos que acreditam ser de interesse público, lastreados em sua cultura profissional e nos chamados valores-notícia.

Pelo menos em um aspecto o interesse de jornalistas e fontes converge: na valorização de acontecimentos revestidos de uma aura de mistério. Mouillaud (2002) afirma que as fontes costumam reter as informações como “um buraco negro que atrai a luz para si”. É desta forma que elas criam um “efeito de segredo”. Os jornalistas, por sua vez, se interessam por informações cujos significados não estão completos e que precisam ser interpretadas, cujas peças precisam ser encaixadas.

(...) é possível perguntar se as duas estratégias não são complementares, se a informação não tem interesse à retração sistemática do sentido, posto que este permite à mídia supor um sentido escondido por trás do acontecimento. (MOUILLAUD, 2002, p.81)

Luiz Martins Silva ressalta que, de acordo com a lógica "do que é essencialmente jornalismo", quanto mais oculto está um fato que se quer denunciar, maior é seu valor-notícia. (SILVA, 2006, p. 50). Portanto, jornalistas e fontes têm uma lógica de funcionamento "baseada na adequada gestão da exposição e do encobrimento, da divulgação e do segredo, do palco e dos bastidores" (PINTO, 2000).

O interesse privado que move as fontes leva-as a agir em duas frentes: a conquista do acesso aos meios de comunicação, e não apenas da cobertura da mídia, e também a administração das tentativas dos jornalistas de acessar os bastidores das instituições a que estão ligadas (quando é o caso). O jornalista, por sua vez, precisa "conciliar a colaboração produtiva da fonte e o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico supõe" (Pinto, idem). Inevitável que essa seja uma relação de encontros e desencontros.

Pinto reuniu alguns objetivos de fontes e jornalistas a partir de pesquisas empíricas, numa abordagem que ele classificou como utilitária ou funcional. As fontes procuram todos ou pelo menos alguns dos seguintes objetivos:

1. a visibilidade e atenção da mídia;
2. a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção coletiva
3. a angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços;
4. a prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios;
5. a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários;
6. a criação de uma imagem pública positiva.

Os jornalistas buscam:

1. a obtenção de informação inédita;
2. a confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes;
3. a dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias;
4. o lançamento de ideias e debates;
5. o fornecimento de avaliações e recomendações de peritos;
6. a atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações diretamente recolhidas pelo repórter.



À primeira vista, parece atraente e esclarecedor elaborarmos uma lista de objetivos de fontes e jornalistas para desvendar os meandros da relação entre os dois. Mas temos a impressão de que profissionais da imprensa e suas fontes são tomados como realidades uniformes, invariáveis. Como já vimos, as fontes têm origens diferentes e interesses distintos. Apesar de nos dar uma boa idéia do que elas procuram no contato com os jornalistas, limitar a análise a uma lista não nos parece dar a idéia da teia de relações e realidades em que as fontes e jornalistas estão envolvidos.

Devemos levar em conta o tipo de organização das fontes e o tipo de organização das notícias. Em relação aos jornalistas, é preciso ter em mente que eles também trabalham em instituições diferentes, possuem status diversos na profissão e formações distintas. Ignorar o percurso de vida do profissional é deixar-se levar por uma análise superficial e, como já afirmou Pinto, estritamente utilitária. É preciso resistir à tentação de achar respostas prontas para examinar algo complexo como a interação entre dois agentes sociais.

## **6 Considerações finais: uma margem de manobra**

É fato que as fontes têm uma habilidade cada vez maior de se adequar às necessidades dos jornalistas e manter certa visibilidade nos meios de comunicação. Os jornalistas, por sua vez, respiram aliviados ao terminarem o trabalho a tempo do fechamento. O “casamento de conveniência” entre fontes e jornalistas tem funcionado relativamente bem, na medida em que uma relação dessa natureza consegue ser perene. Encontros e desencontros, interesses em choque, “defesas em constante alerta” são alguns dos ingredientes dessa cooperação interessada. Mas é pessimismo acreditar que só há reféns nessa história. Existe uma margem de manobra.

A relação de proximidade entre fontes e jornalistas gera muitas curiosidades e especulações. Em nossa opinião, costuma-se atribuir um peso desmedido às fontes de informação, se levarmos em conta os fatores organizacionais da notícia. A teoria etnoconstrucionista peca no sentido de não dar a devida atenção às pressões exercidas pela organização em que o jornalista trabalha, tanto com relação aos prazos reduzidos quanto no que se refere aos interesses dos grupos corporativos. Certamente, esses fatores potencializam a dependência nos canais de rotina. Mas os valores profissionais do jornalista, seu código deontológico e até mesmo a necessidade de reconhecimento entre os pares fazem com que o profissional de imprensa tenha que se adequar a um discurso noticioso, que escapa da mera “colaboração” com a fonte.

As fontes precisam dos jornalistas e devem aprender a lógica noticiosa, mas ainda assim conseguem redirecionar, gerir as informações e até encenar para atrair visibilidade. Da mesma forma, os jornalistas detém um poder que não pode ser menosprezado (PINTO, 2000, p. 285). As fontes, como afirma Bezunartea (apud PINTO, idem), costumam ser patrimônio do jornalista, e não das organizações. Um patrimônio construído ao longo do tempo, pela observação e pelo conhecimento mútuo, ou seja, pela confiança. Essa relação de proximidade contém os riscos que já enumeramos, mas também é positiva para o exercício do bom jornalismo.

Quando recebe a informação da fonte, o jornalista não precisa (e não deve) ter um papel passivo. Ele possui a capacidade de selecionar o que divulgar, contextualizar as informações recebidas, enquadrá-las de forma que atendam ao interesse público e dar o destaque que considera cabível. São as tais normas do discurso noticioso que vão, em última instância, decidir de que forma a informação será veiculada. Outro fator que acreditamos ser de peso na seleção das informações recebidas é a própria experiência profissional do jornalista. Os anos acumulados também servem de aprendizado para se defender das “fontes plantadoras de notícia”.

Comentamos também que o acesso à mídia é estratificado socialmente. Seria, então, razoável supor que aqueles que detém maior poder econômico têm maior visibilidade. É uma meia-verdade: se assim fosse, muitos movimentos sociais tidos como marginais jamais estariam nos veículos de comunicação. Acreditamos que a inserção de novos atores sociais na mídia está relacionada com uma estratégia de adaptação às necessidades de acontecimento (*event needs*) dos jornalistas, que não seguem apenas uma lógica empresarial. O conhecimento do funcionamento das redações pode ajudar muitas ações sociais a ganharem visibilidade.

O jornalista tem uma imensa responsabilidade social ao definir quem terá acesso a seus espaços, que atores terão voz na esfera midiática. O jornalista não dá seu “veredicto” de forma solitária: ele também está inserido numa teia de pressões, políticas e econômicas, além de precisar levar em conta sua própria cultura profissional. O jornalismo é, portanto, resultado de um conflito constante de interesses entre diversos atores sociais sobre o que deve ou não ser notícia. Concordamos com Pinto no sentido de que “a qualidade do jornalismo nunca é, por isso, uma conquista, mas resultado de uma luta permanente, que se perde ou que se ganha”.

## Referências

- CANTANHÊDE, Eliane. O jornalismo e a “fonte” – muito trabalho, bastante credibilidade e uma pitada de bom senso. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (orgs.). **Jornalismo Político - Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- CRUVINEL, Tereza. Colunismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (orgs.). **Jornalismo Político - Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GARCIA, Luiz (org.). **O Globo – Manual de redação e estilo**. 2a ed. São Paulo: Globo, 1992.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da Comunicação**. São Paulo, Paulus, 2009.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O Jornal - da forma ao sentido**. 2a ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PINTO, Manuel. **Fontes jornalísticas: contributo para o mapeamento do campo**. Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294p. Disponível em: <[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/18225512/1/CS\\_vol2\\_mpinto\\_p277-294.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/18225512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf)>. Acesso em: 30 de julho de 2010.
- SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo (orgs.). **Jornalismo Político - Teoria, História e Técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- \_\_\_\_\_ (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª ed. Lisboa: Vega, 1999.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.